

CORREIO DE CAMPINAS

Câmara Municipal de Campinas



Proposta do vereador Roberto Alves (Republicanos)

Videochamada no atendimento do Samu I

O vereador Roberto Alves (Republicanos-SP) protocolou um projeto de lei na Câmara que institui o programa de suporte por videochamada nos atendimentos realizados pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Estabelece diretrizes para a utilização da tecnologia como ferramenta complementar ao atendimento telefônico já realizado pelo serviço. De acordo com o texto, a videochamada poderá ser utilizada em ocorrências de urgência e emergência para auxiliar o médico na avaliação da situação em tempo real. A proposta prevê que o envio da chamada seja feito por meio de link seguro, encaminhado por SMS ou aplicativos de mensagens.

Atendimento do Samu II

Entre os objetivos da medida proposta está o aprimoramento da triagem médica, permitindo que o profissional visualize a cena e o estado da vítima antes da chegada da ambulância. O recurso também poderá possibilitar que o solicitante receba orientações para realizar manobras básicas de primeiros socorros, caso necessário, enquanto a equipe do Samu se desloca até o local.

Roncon&GracaCom



Rodada de Negócios - edição 2025

Rodada de Negócios SindusCon I

O SindusCon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo) realiza Rodada de Negócios da Construção em Campinas, reunindo grandes empresas do setor, no dia 24 de março (terça), das 8h30 às 16h, no Coco Bambu do Shopping Iguatemi. O evento é aberto às empresas – associadas ou não, com a expectativa de gerar R\$ 10 milhões em negócios entre os participantes, em um período de até 60 dias.

Rodada de Negócios SindusCon II

“Também é uma oportunidade para o conhecimento de inovações nos projetos e novas soluções técnicas para o setor, que passa por um processo de industrialização, ao mesmo tempo que busca qualificar cada vez mais os seus profissionais”, afirma o diretor da Regional Campinas do SindusCon-SP, Marcio Benvenuti.

PINGA-FOGO

Meio Ambiente I

A vereadora Mariana Conti (PSol-SP) vem apoiando a reivindicação dos moradores do Jardim Bassoli, no distrito do Campo Grande, em relação à instalação de um ecoponto. “Uma cidade com R\$11,7 bilhões no orçamento não pode atender a população?”, questiona a parlamentar.

Meio Ambiente II

“Sr. Secretário Ernesto Paulela, cadê o ecoponto do Bassoli? Cumpra com seu compromisso! São 16.500 moradores que votam”, dizia a faixa que foi aberta por moradores do residencial durante sessão da Câmara, evocando a atenção e compromisso da secretário municipal de Serviços Públicos.

6 por meia dúzia I

Novas empresas vão assumir o transporte público de Campinas devido ao leilão realizado ontem na Bolsa de Valores em São Paulo. Mas, será que para a população, habituada a ônibus quebrados, frota velha, atrasos, falta de veículos, entre outras mazelas, muita coisa vai mudar?

6 por meia dúzia 2

O Consórcio Grande Campinas, que venceu o Lote Norte, e que vai operar nas regiões Norte, Oeste e Noroeste, têm na carteira empresas que já sofreram questionamentos administrativos em outras cidades, com denúncias sobre supostas falsificações de documentos e formação de cartel, com prejuízos da ordem de R\$ 19 milhões.

6 por meia dúzia 3

De acordo com investigações, o prejuízo aos cofres públicos municipais dado pela Smile foi da ordem de R\$ 19 milhões. O caso, de Paulínia, fez com que a Prefeitura optasse pela rescisão contratual. O consórcio atua na Grande São Paulo e em cidades do interior paulista.

Esclarecimento

Em relação à fiscalização da Prefeitura na Miguel Melhado, “o DER-SP esclarece que não participou da ação mencionada e segue à disposição para prestar os devidos esclarecimentos, com transparência e respeito aos moradores e comerciantes locais”.



Setec realizou operação com apoio da GCM nesta semana

Comerciantes de rodovia temem ser despejados

Aguardam despeixo com carta de crédito, ainda não paga

Raquel Valli

Comerciantes assentados às margens da Rodovia Engenheiro Miguel Melhado Campos (SP-324) de Campinas (SP) estão receosos de serem despejados pela Prefeitura até que a questão da regularização, que passa pelo DER-SP (Departamento de Estrada e Rodagem), seja concretizada. Esta semana, a Setec (autarquia municipal responsável pela ocupação do solo campineiro) realizou operações com apoio da Guarda Municipal.

De acordo com Delídia Carmina da Silva, dona do Bar da Delídia, houve a determinação de que a mesa de sinuca do estabelecimento fosse removida, sob pena de lacração do estabelecimento e apreensão de bebidas. “Como é que eu vou trabalhar? Como é que eu vou ganhar dinheiro pra sobreviver?”, questiona.

Delídia declara que todas as bebidas comercializadas possuem procedência comprovada, por meio de notas fiscais emitidas por fornecedores diretos e depósitos. Afirma que os documentos estão sob o balcão e permanecem a dispor da fiscalização. Reitera que não comercializa produtos falsificados, nem tampouco irregulares. A comerciante afirma morar no estabelecimento há mais de 20 anos. “Eu não tô me acusando de não sair daqui. Mas, onde eu vou achar uma casa de R\$ 200 mil com habite-se? Não tem. Nós já

procuramos em tudo quanto é lugar”, afirma, referindo-se ao valor da carta de crédito a ser entregue pelo DER-SP.

Para o advogado Augusto César Silva Santos Gandolfo, que defende os desassentados, a tentativa de lacrar o Bar da Delídia “é, inclusive simbólica, porque o espaço é usado para reuniões do Movimento de Resistência Miguel Melhado, realizadas às terças-feiras à noite”. Ainda de acordo com o defensor, “a ação não foi documentada pela Setec, ou seja, não deixaram notificação, mas agiram com toda arbitrariedade dos autoritários”.

O vereador Wagner Romão (PT-SP) afirma ter recebido “a informação de que a Setec e a Guarda Municipal intimaram moradores a deixarem as casas, que também são comércios, pois seriam derrubadas”. Declara ainda ter conseguido “dialogar com o presidente da Setec e anular esses autos de intimação. Não é possível a Setec intimar local de moradia e trabalho antes mesmo de essas pessoas terem uma nova residência, um novo ponto de trabalho”, afirma.

O outro lado

A Prefeitura informou que a fiscalização foi uma ação de rotina, de acordo com o que está previsto na lei. Informou ainda que a Guarda Municipal esteve presente como apoio à fiscalização da Setec.